



Alexandre Tombini diz que, até 2012, inflação deve baixar

Presidente do Banco Central afirmou ontem a senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que até 2012 a inflação vai se aproximar da meta de

4,5%. Segundo ele, o índice acumulado nos últimos 12 meses ficará abaixo do teto da meta até dezembro, apesar do pessimismo do mercado financeiro. **4**



Luiz Alves/Senado Federal

Relator da proposta na CAE, José Pimentel (D) só aceitou mudanças de redação para evitar retorno no texto à Câmara

Comissão amplia Simplex e prazo para pagar dívida

Projeto que permite opção pelo Supersimplex a empresa que fatura até R\$ 3,6 milhões e estende prazo para quitar empréstimos é aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos e vai a Plenário. **5**



Luiz Alves/Senado Federal

Alexandre Tombini, com Delcídio do Amaral e Lobão Filho: decisão de reduzir taxa de juros foi elogiada por senadores governistas

Escola não poderá liberar menor por falta de professor

Foi o que decidiu a Comissão de Educação ontem. Projeto será votado em turno suplementar. **3**

Congresso aprova R\$ 88 milhões para 475 creches

Também foram confirmados recursos para combate à fome, catadores e Judiciário. **2**

Plenário confirma Ana Arraes para o Tribunal de Contas **3**

Sistema mostra impacto do turismo na economia **6**



Luiz de Paula/Senado Federal

Paulo Paim (2º a esq.) ouve economistas e empresários sobre fortalecimento dos negócios na América do Sul

Integração regional é vista como estratégica

A integração entre os países sul-americanos foi apontada por economis-

tas e empresários como forma de superação da crise econômica. O assun-

to foi tratado em subcomissão vinculada à Comissão de Assuntos Sociais. **7**



Waldemar Barreto/Senado Federal

Gim Argello, Wellington Silva Jardim, José Sarney, Marta Suplicy, Luzia Santiago, Gabriel Chalita e Antonio Carlos Valadares, que propôs a sessão solene de ontem

Senadores prestam homenagem aos 33 anos da Canção Nova

Comunidade católica que reúne complexo de comunicação recebeu elogios de 15 senadores, entre eles o presidente José Sarney. **2**

Em votação simbólica, Plenário aceitou proposta do governo que destina verba a 475 novas escolas de educação infantil que não são contempladas pelo Fundeb

Congresso aprova R\$ 88 mi para creches e pré-escolas

O PLENÁRIO DO Congresso Nacional aprovou ontem, em votação simbólica, o projeto (PLN 6/11) que abre crédito especial de R\$ 88,33 milhões para o Ministério da Educação. O dinheiro vai atender a 475 novas creches e pré-escolas.

A matéria vai para sanção da presidente da República.

Segundo o Ministério do Planejamento, o dinheiro permitirá a manutenção dos estabelecimentos públicos de educação infantil que ainda não recebem

recursos do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O crédito tem como objetivo ajudar a melhorar os índices nacionais de crianças matriculadas em creches e pré-escolas. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad) de 2009, apenas 18,2% das crianças de até três anos são atendidas em creches e 74,8% das crianças entre quatro

e cinco anos são atendidas em pré-escolas.

A proposta teve 60 emendas apresentadas, mas o parecer da Comissão Mista de Orçamento (CMO) concluiu pela aprovação do projeto e pela rejeição das emendas.

O relator na CMO foi o deputado Ademir Camilo (PDT-MG).

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão informou que o crédito especial não afeta a meta de superávit primário prevista para este ano.



Senadores e deputados se reúnem para votar projetos de lei que autorizam a liberação de crédito para diversos ministérios

Crédito consolida programa Brasil sem Miséria

O Congresso Nacional aprovou ainda crédito suplementar de R\$ 999,11 milhões para os ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O relator do projeto (PLN 3/11) foi o senador João Vicente Claudino (PTB-PI).

Ao encaminhar a votação, o senador Walter Pinheiro (PT-BA) destacou a importância dos créditos para a consolidação do Brasil Sem Miséria. Os recursos para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, afirmou o senador, dão "um passo além" do Bolsa Família e do Bolsa Verde, pela garantia de financiamento e assistência técnica ao pequeno agricultor.

R\$ 38 milhões aprovados para Justiça e MP

Projeto que destina R\$ 38,06 milhões às Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e ao Ministério Público da União foi aprovado ontem pelo Congresso. O parecer favorável coube ao senador Cyro Miranda (PSDB-GO).

Os recursos destinam-se à construção de prédios da Justiça Federal em Vitória da Conquista (BA), Dourados (MS) e Palmas (TO); e ao edifício-sede do MP do DF e dos Territórios, da Promotoria de Justiça em Ceilândia (DF) e da Procuradoria-Geral da Justiça do DF e dos Territórios. Também serão beneficiados os tribunais regionais do Trabalho do Mato Grosso e da Bahia e os TREs do DF e da Bahia.

Programa contra violência sexual ganha verba extra

Foi aprovado pelo Congresso o projeto (PLN 13/11) que libera crédito suplementar de R\$ 44,89 milhões para o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Os recursos viabilizarão o atendimento de contratos administrativos na área de tecnologia da informação e o fomento de cooperativas que atuam com resíduos sólidos, para a aquisição de equipamentos que reduzam o esforço dos catadores de materiais recicláveis. Dos recursos, R\$ 30,8 milhões serão destinados ao Fundo de Assistência Social, para dar continuidade aos programas de enfrentamento da violência sexual contra menores.

Senado comemora os 33 anos da Canção Nova

O Senado homenageou ontem a comunidade católica Canção Nova por seus 33 anos, completados em 2 de fevereiro. O que começou em Queluz (SP) com um pequeno sítio e quatro casas é hoje uma ampla sede que presta serviços educativos, culturais, sociais e humanitários, no Brasil e no exterior.

– Trata-se de trabalho de profundo alcance social que, sem descurar do seu sentido religioso, o transcende largamente – disse Antonio Carlos Valadares (PSB-ES), autor do requerimento.

Composta por sacerdotes e leigos, a Canção Nova dissemina a fé por meio de rádio e TV. São seis geradoras, 517 retransmissoras de TV com público estimado em 50 milhões de pessoas, 28



Sessão homenageou a comunidade católica que presta serviços até no exterior

rádios e uma editora própria.

Na cerimônia, a comunidade recebeu elogios dos senadores Gim Argello (PTB-DF), Eduardo Suplicy (PT-SP), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Aécio Neves (PSDB-MG), Valdir

Raupp (PMDB-RO), Pedro Simon (PMDB-RS), Marinor Brito (PSOL-PA), Wilson Santiago (PMDB-PB), Cícero Lucena (PSDB-PB), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Magno Malta (PR-ES), Jayme Campos (DEM-MT) e José Sarney, presidente do Senado.

Couto defende homenagens só às segundas e sextas

Em nome da Liderança da Minoria, Mário Couto (PSDB-PA) pediu ao presidente do Senado, José Sarney, que obtenha um consenso sobre as sessões de homenagem, para que sejam realizadas às segundas e às sextas. Couto argumentou que essas sessões têm ocupado o expediente, o período inicial da sessão utilizado pela



Mário Couto diz que sessões especiais prejudicam o expediente

oposição para se manifestar.

Em resposta, Sarney disse que Couto tem razão e que uma emenda foi feita ao Projeto de Resolução 22, que atende à solicitação do senador.

Correção

O **Jornal do Senado** publicou equivocadamente ontem, na página 5, que o PLC 16/10, que trata da distribuição dos royalties do pré-sal, aguardava inclusão na ordem do

dia do Plenário. Na verdade, a proposta se encontrava, na segunda-feira, na Secretaria-Geral da Mesa, aguardando acordo. Leia mais sobre royalties na página 6.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Homenagem ao Círio de Nazaré

12h Discussão, em primeiro turno, das propostas de emenda à Constituição (PECs 37, 38, 42 e 63/11) que tratam da suplência de senadores, mandatos de chefes dos Executivos, referendo sobre mudanças no sistema eleitoral e precatórios. Na hora do expediente, serão homenageados os 218 anos do Círio de Nazaré.

Presidência Biografia dos senadores

12h José Sarney preside a discussão das PECs 37, 38 e 42 e 63/11; às 14h, entrega do livro *Dados biográficos dos senadores da 54ª legislatura*; às 15h, reunião da bancada do PMDB; e, às 16h, preside a ordem do dia.

CCT Prevenção de desastres climáticos

9h A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática examina projeto que institui o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos, além de projetos autorizando o funcionamento de emissoras de radiodifusão.

CE Avaliação da Copa

9h Seminário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre a primeira avaliação parlamentar da Copa do Mundo de 2014. Dentro da programação, duas audiências públicas para debater os temas "Legado" e "Logística".

CAS Benefício a aposentado

9h A Comissão de Assuntos Sociais examina, entre outros, projeto que amplia benefícios ao aposentado que retornar ao trabalho.

CCJ Regras para coligações

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina projeto que permite coligações apenas nas eleições majoritárias e PEC que define regras para investidura em cargos públicos como efetivo ou comissionado.

CAE/CI Plano Decenal de Energia

11h O presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Mauricio Tolmasquim, entre outros, debate o plano decenal de energia 2011–2020, em audiência conjunta das comissões de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura.

Mulher Mulher e política

12h A Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher debate a participação da mulher na política. Entre as convidadas, a ministra da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, Iriny Lopes, e a cientista política Lucía Avelar, da UnB.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Jarbas Vasconcelos (E) criticou a indicação apoiada pelo governo, cujo líder no Senado é Romero Jucá

Plenário aprova Ana Arraes para ministra do Tribunal de Contas da União

Por 48 votos a favor, 17 contra e uma abstenção, o Plenário do Senado aprovou a indicação da deputada federal Ana Arraes (PSB-PE) para o Tribunal de Contas da União (TCU). A indicação já fora aprovada pela Câmara dos Deputados.

Único a se manifestar contrariamente, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) falou em “política do compadrio, do coronelismo, um atraso”. Ele lamentou que o governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), tenha pedido votos para a deputada, que é sua mãe, e comparou a eleição à recente absolvição, em processo de cassação, da deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF), filmada recebendo dinheiro.

Lídice da Mata (PSB-BA) disse ser inaceitável essa comparação e destacou o grande conhecimento jurídico e inteireza de caráter de Ana Arraes. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) afirmou não ver problema em “um governador brilhante que se elegeu com 83% votos” pedir votos para a mãe. Humberto Costa (PT-PE) lembrou que Ana Arraes foi uma das parlamentares mais votadas do Brasil e opinou que ela tem uma ética inquestionável.

Também falaram a favor de Ana Arraes os senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Armando Monteiro (PTB-PE), Walter Pinheiro (PT-BA), Eduardo Amorim (PSC-SE) e Wellington Dias (PT-PI).

Haman Tabosa de Moraes e Córdova será o novo defensor público federal

O Senado aprovou ontem o nome de Haman Tabosa de Moraes e Córdova para o cargo de defensor público federal. Foram 55 votos a favor e 6 contrários. Haman dirigirá a Defensoria Pública da União (DPU), órgão que presta assistência jurídica ao cidadão sem condições de pagar advogado em causas que tramitam na Justiça Federal.

Durante sua sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, dia 21, Córdova apontou a necessidade de fortalecer a DPU para que a prestação jurisdicional aos mais carentes seja uma realidade, conforme prevê a Constituição.

– Não cabe ao Estado virar as costas à população carente e não implantar o

serviço de defensoria pública no país. Essa é uma determinação do constituinte, irretirável e imodificável – afirmou.

Na ocasião, Córdova destacou o baixo número de defensores públicos da União – menos de 500 em todo o país – e a falta da autonomia administrativa, financeira e orçamentária prevista pela Organização dos Estados Americanos (OEA).

Córdova tem 35 anos e ingressou na DPU em 2006. Ele frisou que a instituição não faz parte do Legislativo, do Executivo e nem do Judiciário, sendo uma das funções essenciais da Justiça, ao lado do Ministério Público e da Advocacia Pública. A DPU atua perante o Poder Judiciário e as instâncias administrativas federais.

Senadores aceitam nomes para embaixadas na Europa e no Caribe

O Senado aprovou ontem as indicações de dois novos embaixadores. Gilberto Fonseca Guimarães de Moura e Joaquim Augusto Whitaker Salles ocuparão os cargos na Eslovênia e em Santa Lúcia, respectivamente.

Ministro de primeira classe da carreira de diplomata, Guimarães de Moura nasceu no Rio de Janeiro e ingressou na carreira em 1974. No exterior, foi encarregado de negócios na Embaixada em Cingapura, cônsul-adjunto em Montreal, ministro-conselheiro e delegado adjunto na Delegação Permanente junto à Unesco em Paris e ministro-conselheiro em Berlim.

Salles, ministro de segunda classe do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, nasceu em São Paulo e está no ministério desde 1970. Ocupou os cargos de cônsul-adjunto no Consulado-Geral em Los Angeles, conselheiro em missão junto à ONU, cônsul-geral em Hamburgo, embaixador em Nairóbi e cônsul-geral na Cidade do Cabo.

Aprovados textos de tratado internacional e três acordos bilaterais

Seguem para a promulgação quatro projetos de decreto legislativo da CRE aprovados ontem em Plenário, entre eles o PDS 140/11, acatando texto revisto do tratado internacional sobre conservação e uso sustentável de recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura. O tratado foi aprovado em 2001, em Roma, e assinado pelo Brasil em 2002.

Também foi aprovado o PDS 187/11, que acata o texto do protocolo adicional ao Acordo de Parceria e Cooperação entre Brasil e França com vistas à criação de um Centro de Cooperação Policial.

Já o PDS 182/11 aprova texto do acordo assinado em 2010 entre Brasil e Japão que dá aos trabalhadores de cada país residentes no território do outro o acesso ao sistema de Previdência Social local. E o PDS 183/11 acolhe o texto do Acordo de Cooperação com a Grécia em Assuntos Econômicos, Científicos, Tecnológicos e de Inovação, celebrado em 2009, com objetivo de incentivar o intercâmbio entre operadores econômicos.

Medida aprovada ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte valeria para alunos menores de idade da educação básica

Estudantes deverão permanecer na escola se professor faltar

AS ESCOLAS DE educação básica deverão manter em suas dependências os alunos menores de idade quando ocorrer falta de professores. A medida consta do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 43/10, aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A proposta ainda será submetida a votação suplementar na próxima reunião da comissão.

O texto acolhido é o de um substitutivo do relator, Aloysio Nunes (PSDB-SP). De acordo com ele, no caso de ausência de professores, os alunos deverão receber atividades complementares de ensino, “respeitando-se a faixa etária e os componentes curriculares previstos na proposta pedagógica”. Para os alunos maiores de idade, estabelece ainda o texto aprovado, fica facultada a permanência na escola, assegurada aos que permanecerem a oferta de atividades complementares de ensino.

– É imprudente, indevido e equivocada que alunos de educação básica sejam encaminhados para suas casas quando há falta de professores, muitas vezes sem que os pais ou responsáveis sejam comunicados – disse Nunes.

Ana Rita (PT-ES), autora de uma das emendas ao texto original da Câmara,

afirmou ter “plena concordância com a redação do substitutivo”. Por sua vez, Marinor Brito (PSOL-PA) alertou para a necessidade de debater com a ocupação do tempo disponível com a falta de professores.

Igualmente de forma terminativa, foram aprovados ontem três projetos de lei da Câmara. O PLC 104/10, cujo relator foi Inácio Arruda (PCdoB-CE), denomina de Centenário da Imigração Japonesa o viaduto localizado no quilômetro 43/44 da rodovia BR-381, em Atibaia (SP). O PLC 78/10, que teve como relator Paulo Paim (PT-RS), identifica como Rodovia Francisco Domingos Ribeiro o trecho da BR-265 entre Bom Jesus da Penha e Jacuí, em Minas Gerais. E o PLC 292/09, com parecer de Maria do Carmo Alves (DEM-SE), dá o nome de Deputado Jaime Martins do Espírito Santo ao trecho da BR-494 entre Oliveira e o entroncamento com a BR-262, em Minas Gerais.

Ferriados

Por iniciativa de Ana Rita, a comissão decidiu promover, em 24 de outubro, audiência pública sobre o PLC 296/09, que antecipa para segunda-feira a maioria dos feriados. O projeto tem voto favorável, com emenda, do relator, Armando Monteiro (PTB-PE).



Ana Rita, ao lado de Mozarildo Cavalcanti, na CE: concordância com substitutivo aprovado

Transporte escolar para universitários pode receber recursos de fundo federal

Projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) estende aos estudantes universitários que estudam em municípios afastados de onde residem a assistência de fundo federal que financia o transporte escolar do ensino básico. O relatório de Romero Jucá (PMDB-RR) recomendava a rejeição da matéria (PLS 526/09).

Com o resultado, prevaleceu o voto em separado de Cyro Miranda (PSDB-GO) a favor do projeto da então senadora Marisa Serrano. Como a proposta recebeu decisão terminativa, deve seguir diretamente para exame na Câmara.

Pelo texto, os recursos financeiros repassados pela União aos municípios, no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, devem ter



Voto em separado de Cyro Miranda prevaleceu na CAE

parcela reservada ao custeio do transporte dos estudantes universitários que estudem em municípios nas imediações. O cálculo dos recursos será detalhado em regulamento, levando em conta a quilometragem percorrida e o número de universitários aptos a usar o transporte.

Cyro Miranda considerou que a iniciativa ajuda a democratizar o acesso ao

ensino universitário. Porém, sugeriu o aproveitamento de emenda acolhida antes, no parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), para delimitar o auxílio financeiro a municípios que não possuem instituição de ensino superior. A emenda também define um limite de 200 km diários a serem percorridos pelo sistema de transporte universitário intermunicipal.

Presidente do Banco Central foi ouvido ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos e disse que crise mundial impôs um viés “desinflacionário”

Inflação deve cair para 4,5% até 2012, diz Tombini

O PRESIDENTE DO Banco Central (BC), Alexandre Tombini, voltou a afirmar ontem que até o ano que vem a inflação vai se aproximar do centro da meta, 4,5%. Ele disse que o índice que calcula a inflação acumulada em 12 meses deve baixar já nos próximos meses, mantendo o movimento de queda até abril ou maio de 2012.

– Hoje a inflação [acumulada em 12 meses] está em cerca de 7,3%, mas até o final do ano ficará abaixo do teto da meta, que é de 6,5% – acrescentou.

Tombini fez as previsões logo após participar de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e um dia após uma pesquisa do próprio Banco Central indicar que o mercado financeiro espera uma inflação acima do teto – de 6,5% – neste ano. A pesquisa, *Boletim Focus*, é semanal. Segunda-feira, dia 26, indicou a expectativa de inflação de 6,52% – a sexta alta consecutiva no levantamento.

A meta fixada para o ano que vem é a mesma deste ano: 4,5%. Mas esse é o centro da meta, pois há uma “tolerância” de dois pontos percentuais para cima e para baixo. Ou seja, pode variar entre 2,5% e 6,5%.

Tombini reconheceu que houve “um forte crescimento” dos preços ao consumidor no primeiro semestre. Segundo ele, uma das razões para essa alta – além da expansão da economia nacional – foi a elevação dos preços das *commodities* internacionais entre o segundo semestre do ano passado e março. Outras razões para a alta seriam os fatores climáticos e preços administrados “atípicos” (entre os preços administrados estão aqueles determinados pelo governo, como os da gasolina e da energia).

– Mas o pico da inflação acumulada [em 12 meses] será observado agora, no terceiro trimestre. No quarto trimestre, a inflação começará a retroceder – reiterou o presidente do BC, acrescentando que “já existem sinais claros de moderação da demanda”.

Entre os fatores que devem levar à queda da inflação, Tombini citou as medidas de política monetária adotadas até julho passado, cujos efeitos, segundo ele, ainda não foram plenamente sentidos, e a “substantial deterioração” do ambiente econômico internacional, que impôs um viés “desinflacionário”.

Governistas afirmam que BC foi independente ao baixar Selic

Apesar da desconfiança do mercado financeiro, os senadores da base governista defenderam a atual política monetária do Banco Central (BC). Vários deles apoiaram, durante a audiência de ontem, a decisão adotada em 31 de agosto de baixar a taxa básica de juros (Selic), de 12,5% para 12% ao ano. Já para os que criticam a medida, houve, além de precipitação frente aos riscos inflacionários, indícios de que a presidente Dilma Rousseff interferiu na decisão – em detrimento da independência do BC.

Ao apoiar a medida, Eduardo Suplicy (PT-SP) citou artigos de diversos economistas, como Yoshiaki Nakano, que foi secretário da Fazenda de São Paulo no governo de Mário Covas. Em artigo no jornal *Valor Econômico*, Nakano afirmou que o Banco Central “finalmente tornou-se independente do mercado financeiro” e ressaltou

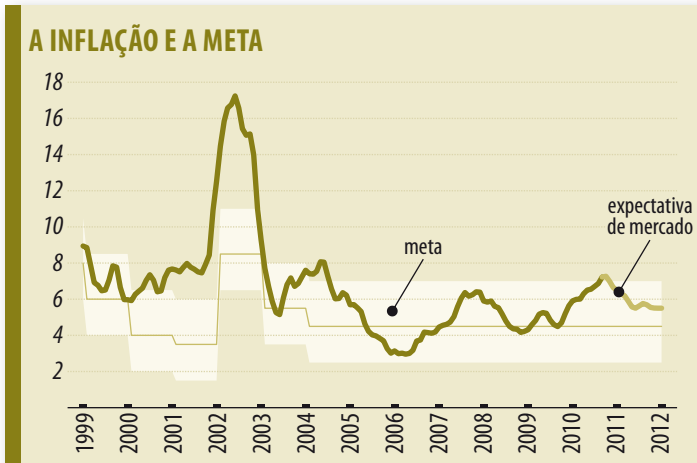
que a atual diretoria não conta com ex-funcionários de bancos privados, ao contrário do que ocorria até recentemente.

Francisco Dornelles (PP-RJ) disse que a decisão foi forte e independente. Lindbergh Farias (PT-RJ) frisou que a redução dos juros representa um “alívio fiscal tremendo”, já que a Selic é referência para os juros da dívida pública. No mesmo sentido, Armando Monteiro (PTB-PE) sugeriu que, no que se refere à dívida pública, a taxa Selic seja substituída por outro indicador.

No entanto, a medida do governo causa desconfiança no mercado financeiro. De acordo com o *Boletim Focus*, que divulga pesquisa semanal feita pelo BC com representantes do mercado, há uma expectativa de que a inflação deste ano fique acima da meta do governo. O levantamento apontou uma projeção de 6,52%, acima do teto da meta, que é de 6,5%.

Números da crise

Cenário internacional contribui para diminuir o crescimento do PIB, mas também pressiona a inflação para baixo, segundo o Banco Central



DESAFIOS E PREVISÕES, DE ACORDO COM O BC

- ▶ Os riscos do cenário internacional demandam ações rápidas das economias maduras para estabilizar os mercados.
- ▶ Baixo crescimento nas economias maduras por um período prolongado aumenta as pressões desinflacionárias.
- ▶ Há um esgotamento dos instrumentos de políticas monetária e fiscal no G-7.
- ▶ O crescimento da economia brasileira está moderando, como consequência das políticas domésticas e do cenário internacional.
- ▶ Os índices mensais de inflação já estão em patamar compatível com o centro da meta, em contraposição às elevadas variações mensais observadas nos primeiros meses de 2011.
- ▶ O pico da inflação acumulada será observado neste 3º trimestre de 2011.
- ▶ A inflação em 12 meses começa a retroceder a partir do 4º trimestre de 2011 e irá convergir para o centro da meta em 2012.

Fonte: Banco Central



O presidente do Banco Central apresentou aos senadores gráficos sobre a política monetária e a crise econômica mundial

Fotos de Luiz Alves/Senado Federal

Vanessa Grazziotin critica política de estabilidade

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu mudança na política macroeconômica brasileira. Ela afirmou que o modelo adotado nos últimos anos, baseado no controle estrito da inflação, está ultrapassado e não é mais adequado ao cenário atual enfrentado pelo país.

– Temos o entendimento de que é hora de o Brasil mudar a política que busca a estabilidade econômica, porque é uma política, na nossa avaliação, ultrapassada e que não responde

mais aos desafios do momento – disse.

Na avaliação da senadora, o Brasil não pode continuar a praticar a mais alta taxa de juros do planeta, visto que isso eleva muito os gastos com o pagamento da dívida pública, impedindo o desenvolvimento nacional.

Para ela, não há justificativa para a manutenção de uma taxa de juros tão elevada, devido ao fato de o Brasil não estar entre as nações que têm a maior pro-

porção de endividamento em relação à produção nacional, ou seja, em relação ao produto interno bruto (PIB).

Vanessa Grazziotin citou os Estados Unidos, cuja dívida chega atualmente a quase 100% do PIB e que gasta menos de 1,5% com o pagamento de juros. Já o Brasil, explicou, tem uma dívida bruta correspondente a 56% do PIB, mas despense aproximadamente 5,5% do PIB com o pagamento de serviços da dívida.



Presidente da CI, Lúcia Vânia destaca o projeto do senador Flexa Ribeiro

Comissão pode votar amanhã mudanças nos royalties da mineração

A Comissão de Infraestrutura (CI) deve votar amanhã projeto que estabelece mudança na base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) para pagamento de royalties à União, estados e municípios.

Atualmente, o índice de arrecadação é calculado sobre a receita líquida das mineradoras e varia de acordo com o tipo de minério extraído: 3% para minério de alumínio, 2% para ferro, 1% para ouro e 0,2% para pedras preciosas.

Do total arrecadado, os recursos são distribuídos em 12% para a União, 23% para o estado e 65% para o município produtor.

Pelo projeto a ser examinado na CI (PLS 1/11), do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a alíquota

vai variar de 4% a 5% sobre a receita bruta.

A presidente da comissão, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), avalia o projeto como extremamente importante para o país. O relator da matéria na CI é Aécio Neves (PSDB-MG).

Mudanças no Simples Nacional vão a Plenário

CAE aprova sem alterações no conteúdo projeto do Executivo que reajusta em 50% as tabelas de enquadramento das micro e pequenas empresas

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto que reajusta em 50% as tabelas de enquadramento das micro e pequenas empresas no Simples Nacional (Supersimples), o regime diferenciado de tributação que possibilita o pagamento de diversos tributos por alíquota única. Pelo texto, que agora vai ao Plenário com pedido de urgência, o reajuste deve valer a partir de 1º de janeiro de 2012.

O projeto do governo (PLC 77/11 – Complementar) passou na CAE sem alterações de conteúdo e segue para análise do Plenário do Senado e, se aprovado, para a sanção presidencial.

Com o ajuste de 50% nas tabelas de tributação, a receita bruta anual máxima para que as microempresas possam optar pelo regime simplificado passa de R\$ 240 mil para R\$ 360 mil por ano. Para a pequena empresa, a nova faixa de enquadramento irá de R\$ 360 mil até o teto de R\$ 3,6 milhões. O projeto também amplia o limite para o empreendedor individual, de R\$ 36 mil para R\$ 60 mil anuais.

A proposta ainda autoriza o parcelamento dos débitos tributários dos optantes do Simples Nacional, com prazo de até 60 meses. A

medida se aplica aos tributos federais, municipais e estaduais sujeitos a alíquota única do Simples Nacional.

O relator, José Pimentel (PT-CE), havia explicado na semana passada, ao ler o relatório, que o regime simplificado foi aprovado em 2006 sem assegurar esse esperado parcelamento dos débitos. Excluídas do regime especial por causa das dívidas, muitas empresas acabam tendo de pagar os tributos pelo lucro presumido e encontram dificuldades para sobreviver.

Redação

Das 15 emendas apresentadas, Pimentel aproveitou apenas quatro, todas para aperfeiçoamentos de redação. O relator fez apelo para que o texto vindo da Câmara fosse preservado. Alterações de conteúdo fariam o texto voltar para novo exame dos deputados. Ficou de fora do texto, por exemplo, a inclusão de novas categorias econômicas no Simples Nacional.

No entanto, Pimentel renovou compromisso feito ao ler o relatório, de transferir a discussão sobre os pontos de mérito para o debate de outro projeto que já se encontra em Plenário (PLS 467/08) e que também trata de alterações na Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.



Vanessa Grazziotin, Dornelles e Pimentel em reunião da CAE que aprovou projeto sobre adesão a regime diferenciado

Substituição tributária gera duplo pagamento

A reivindicação do Movimento Nacional da Micro e Pequena Empresa de fim da substituição tributária sobre os dois segmentos está entre os pontos que não foram discutidos durante o exame do PLC 77/11 – Complementar na CAE, mas devem constar do debate do PLS 467/08, em Plenário. José Pimentel disse que esse é um tema polêmico, que “dará muito trabalho”.

Muito utilizada pelos fiscos estaduais, a substituição é adotada para permitir que uma empresa do início da cadeia de vendas (uma cervejaria, por exemplo) faça a cobrança e o recolhimento ao estado do imposto devido pelo cliente. As micro e pequenas empresas se queixam porque terão de pagar novamente o tributo, como uma fração da alíquota única da tributação pelo Simples Nacional. Assim, o mecanismo que representa uma facilidade para a fiscalização acaba sendo uma dupla tributação.

“Subtetos para estados não serão alterados”

José Pimentel esclareceu que, se o PLC 77/11 – Complementar for aprovado, nada mudará em relação ao enquadramento dos estados para recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pela tabela do Simples Nacional. Segundo ele, vão permanecer os subtetos aprovados junto com a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.

Para os 11 estados que respondem por até 1% do produto interno bruto (PIB), o subteto continua sendo R\$ 1,2 milhão. Para os que vão de 1% a 5% do PIB, o valor permanece em R\$ 1,8 milhão.

– A atualização do teto e das faixas de enquadramento alcança basicamente a União, que faz isso como forma de fortalecer a economia nacional, com a geração de emprego e renda na micro e pequena empresa, para enfrentar a crise que se iniciou em 2008 – disse.

Sarney defende busca de recursos para a saúde

É preciso encontrar uma fonte de recursos para a saúde, afirmou ontem o presidente do Senado, José Sarney, ao comentar a regulamentação da Emenda Constitucional 29/00, votada pela Câmara na semana passada (PLP 306/08), quando os deputados excluíram do texto final a criação de um novo imposto para financiar a saúde.

Ao lembrar que o projeto original (PLS 121/07) que regulamenta a Emenda 29 é do Senado, de autoria do então senador Tião Viana, Sarney excluiu a hipótese de a Casa voltar a modificar o texto.

– A Câmara dos Deputados funcionou como câmara revisora. Ela o alterou. Nesse momento da tramitação da matéria, o que nós podemos fazer é retirar os acréscimos que a Câmara fez. Nós não podemos modificar projeto original – explicou Sarney.

O presidente do Senado também falou aos jornalistas sobre as propostas da reforma política e sobre o projeto de criação da Comissão da Verdade, votado pela Câmara também na semana passada.

Frente da Saúde pede votação rápida da Emenda 29

O presidente da Frente Parlamentar Mista da Saúde, deputado federal Darcísio Perondi (PMDB-RS), pediu ontem ao presidente do Senado, José Sarney, rapidez na votação da regulamentação da Emenda 29, que estabelece os percentuais mínimos que União, estados e municípios devem investir em saúde. Segundo Perondi, Sarney prometeu agilizar a votação.

O deputado foi ao encontro com Sarney acompanhado de outros parlamentares e de representantes de entidades do setor de saúde.

A regulamentação da Emenda 29 foi aprovada pela Câmara na semana passada e agora volta para o Senado. Pelo texto da

Câmara, a União deve gastar com saúde o valor empenhado no ano anterior mais a variação nominal do PIB.

Perondi defendeu que os senadores restabeleçam o texto original, que obriga a União a gastar 10% de suas receitas correntes brutas com saúde. De acordo com ele, isso representaria um acréscimo de R\$ 31 bilhões às verbas federais do Sistema Único de Saúde (SUS).

– Queremos que o Senado, com sua independência e sabedoria, confirme o que votou no texto original, três anos atrás.

Perondi disse que não há necessidade de mais impostos. Ele pediu que, em vez disso, o governo repense prioridades

de investimentos e aumente tributos sobre o cigarro e as bebidas alcoólicas, “os vilões que enchem os hospitais”.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) também defendeu o texto original e se manifestou contrária a um novo imposto:

– Temos hospitais sucateados, medicamentos fora da validade e equipamentos estragados simplesmente por falta de qualidade na gestão. Não adianta dinheiro se não houver gestão.

O líder do PT no Senado, Humberto Costa (PE), afirmou que não haverá a criação de imposto. Mas disse que seria impossível o governo cumprir a proposta dos 10% sem uma nova fonte de financiamento.



O presidente do Senado, José Sarney (D), recebe o deputado Darcísio Perondi (E) e outros membros da Frente Parlamentar da Saúde



Wilson Rabahy, da USP, deputado Jonas Donizette, senador Benedito de Lira e José Lopes, da Embratur: audiência marcou a passagem do Dia Mundial do Turismo

Conta satélite do turismo mostra que setor responde por 2,5% do PIB

Instrumento criado pela Organização Mundial de Turismo para medir a dimensão do setor na economia ainda é pouco conhecido; dados preliminares do Brasil foram debatidos em evento das comissões de Turismo da Câmara e do Senado

O REAL IMPACTO das atividades turísticas na economia pode ser mensurado por um instrumento chamado conta satélite do turismo (CST), tema de debate que fez parte, ontem, da abertura da 5ª Semana de Turismo, promovida pelas comissões ligadas ao setor no Senado e na Câmara. A CST é um sistema de informações desenvolvido pela Organização Mundial de Turismo para medir as dimensões dos setores econômicos não especificados nas contas nacionais (estatísticas dos governos sobre produção, consumo, exportação, etc). O método é pouco conhecido – apenas dez países no mundo contam com ele.

A ideia é isolar do consumo da população residente os gastos com turismo, incluindo alojamento, transportes, alimentação, locação de carros e comércio, entre outros serviços. A partir desses dados, seria

possível ao setor negociar mais recursos para investimento, por exemplo.

Wilson Rabahy, professor da Universidade de São Paulo (USP) e pesquisador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), trouxe dados preliminares da conta satélite do turismo divulgados em 2003. Trabalhado pela Fipe com números relativos a 1999, o levantamento mostra que quase 2,5% do PIB do Brasil vêm do turismo.

As maiores contribuições para o produto turístico são do setor de transportes (34,8%), destacando-se o aéreo (17,9%) e o rodoviário (16,8%); alimentação (22,6%); e hotéis (12,9%). O número estimado de empregos gerados pelo turismo em 1999 foi de 2,4 milhões, representando 3,3% da população economicamente ativa (PEA) empregada.

Segundo José Francisco Salles

Lopes, diretor de Estudos e Pesquisas da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, deveriam entrar nessa conta os 4 milhões de lençóis e as 110 mil televisões comprados anualmente pelos hotéis, além de entradas para teatros e museus, por exemplo.

Lopes disse ainda que, para o Brasil fortalecer a atividade, deveria investir nos vizinhos da América Latina. O país atrai cerca de 5 milhões de turistas estrangeiros anualmente, o que corresponde a apenas 15% do mercado nacional do setor.

Participaram da audiência Ricardo Moraes, do IBGE; Oreni Braga, do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo; Faisal Saleh, secretário de Turismo do Paraná; e Moacyr Auersvald, do Conselho Nacional de Turismo. A reunião foi mediada por Benedito de Lira (PP-AL), que preside a Comissão de Turismo.

Canadá foi primeiro país a usar o método

A primeira conta satélite do turismo (CST) do mundo foi elaborada pelo Canadá em 1994. Também já fizeram o estudo países como Estados Unidos, Austrália e Espanha, entre outros.

Pela metodologia, os tipos de bens e serviços associados ao turismo são classificados como característicos, que seriam substancialmente reduzidos se a atividade não existisse; conexos, que são consumidos pelos visitantes, mas não são exclusivos; e específicos, que se destinam exclusivamente aos turistas, como agências de turismo.

Senado e Câmara abrem Semana do Turismo

A 5ª Semana do Turismo, promovida pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado e pela Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados, foi aberta ontem em solenidade com a presença do ministro do Turismo, Gastão Vieira. O evento, no Dia Mundial do Turismo, teve a participação dos presidentes das comissões do Turismo do Senado e da Câmara, respectivamente, senador Benedito de Lira (PP-AL) e deputado Jonas Donizette (PSB-SP).

De acordo com Gastão Vieira, o turismo é uma boa alternativa para superar os efeitos negativos da crise enfrentada pela economia mundial.

– O turismo é sem dúvida um fator importantíssimo nesta crise econômica internacional e cabe a nós aproveitarmos este momento, em benefício do país – afirmou Vieira.

Para Benedito de Lira, o maior desafio do turismo nacional é a reforma e o aparelhamento dos aeroportos.

– O turismo teve um crescimento considerável e o mercado não acompanhou este aumento da demanda aérea – constatou.



Ministro Gastão Vieira acredita no poder do turismo contra a crise

Outra proposta para impasse sobre royalties começa a tramitar

Os líderes dos partidos governistas intensificaram as negociações em torno da partilha dos royalties decorrentes da exploração de petróleo. Ontem foi aprovado pedido de urgência para análise do PLS 448/11, de Wellington Dias (PT-PI), que traz uma das fórmulas em dis-

cusão para resolver o impasse em torno da questão. O líder do PT, Humberto Costa (PE), confia em um desfecho das negociações ainda nesta semana, embora saiba que não haverá unanimidade.

Francisco Dornelles (PP-RJ), Lindbergh Farias (PT-RJ), Ricardo

Ferraço (PMDB-ES) e Delcídio do Amaral (PT-MS) apresentaram projeto (PLS 574/11) que prevê, entre outras medidas, que a União abra mão de grande parte de sua participação nos royalties, favorecendo assim o acordo entre estados produtores e não produtores.

– O governo federal está abrindo mão de uma parte considerável das receitas em prol de um acordo. Os estados produtores também têm que estar dispostos a ceder – disse Humberto Costa.

Pelo acordo que está sendo costurado com o governo, a União abriria mão de 4% de suas

receitas nas participações especiais (dos atuais 50% para 46%), o que significa R\$ 4 bilhões por ano. A intenção, segundo o líder, é votar o projeto antes de 5 de outubro, prazo dado pelo presidente do Senado, José Sarney, para análise do veto presidencial à Emenda Ibsen.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Gim Argello • Marta Suplicy • Cícero Lucena • Paulo Paim

* Licenciado

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer

Reportagem: Cintia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF

Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

CPI ouve mãe que luta para reaver filhas

A baiana Rosenilda Barbosa Alves, que exige a guarda de três filhas mantidas em Portugal há três anos, participará de audiência na CPI que investiga o tráfico nacional e internacional de pessoas. A reunião vai encerrar, em Brasília, o ciclo de discussões sobre o assunto, que passou por Amazonas, Pará e Bahia.

Além de Rosenilda, participarão o presidente da Funai, Márcio Meira; o delegado da Polícia Federal Reginaldo Gallan Batista; e Zaquie dos Santos Sobrinho. Os requerimentos para a audiência, em data a ser definida, foram aprovados na reunião da CPI de ontem.

A CPI do Tráfico de Pessoas tem até abril de 2012 para investigar as causas e consequências, rotas e responsáveis pelo tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, desde 2003. Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) preside o colegiado e Marínor Brito (PSOL-PA) é responsável pela relatoria.

Subcomissão aprova relatório final

O relatório sobre o ciclo de audiências da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira sobre infraestrutura na região de fronteira foi aprovado ontem pelo colegiado.

Esse foi o terceiro tema do ciclo de debates sobre desenvolvimento da faixa de fronteiras e da Amazônia. O primeiro foi sobre a segurança nacional nas fronteiras e o segundo sobre desenvolvimento econômico e social nessas áreas. Outros dois assuntos ainda fazem parte do ciclo: a questão fundiária, que deverá ser tratada a partir do dia 11 de outubro, e a questão indígena.

Segundo a assessoria da subcomissão, no final dos debates será divulgada uma publicação com todos os temas discutidos, bem como propostas legislativas e sugestões decorrentes das discussões realizadas.

Apenas 14% dos negócios internacionais brasileiros são feitos com países da América do Sul. Empresários apontam necessidade de superar a tradição de cada país se desenvolver isoladamente para aumentar o comércio regional



João Carlos Nogueira (E), da Odebrecht, Paulo Paim, economista José Carlos de Assis e Klaus Curt Muller, da Abimaq: participação brasileira nos negócios regionais ainda é pequena

Para empresários, integração da América do Sul é saída contra crise econômica

ECONOMISTAS E REPRESENTANTES do setor empresarial defenderam a integração entre os países sul-americanos para a superação da crise econômica. O assunto foi tratado ontem em audiência pública da Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O encontro faz parte de ciclo de debates sobre a integração da América do Sul.

Para o economista José Carlos de Assis, professor da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), a perspectiva da crise é longa e "potencialmente amarga", por isso, uma das saídas está na integração, que não pode ser apenas comercial, mas de investimentos:

– A integração é uma espécie de linha de defesa do mercado interno. É estratégica, e o governo brasileiro está começando a entender isso, assim como alguns governos sul-americanos – opinou José Carlos, que defendeu ainda o fortalecimento dos blocos econômicos, capazes de proteger a indústria interna dos países sem os riscos de sanções econômicas por parte da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Segundo o diretor executivo de

Mercado Externo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Klaus Curt Muller, a participação dos negócios regionais no volume de comércio internacional brasileiro é pequena: apenas 14% do total. Nos países vizinhos, o volume de comércio com outros países da América do Sul é maior: 36% na Argentina, 26% no Peru e 44% no Paraguai.

– Ainda há muito a ser feito para aumentar essa troca de comércio regional, e a importância estratégica de nossos vizinhos é indiscutível. O Brasil ainda não assumiu o papel de grande investidor da região – constatou.

Ao apresentar panorama dos investimentos da construtora Norberto Odebrecht no Brasil e no mundo, o diretor de Desenvolvimento de Negócios da empresa, João Carlos Nogueira, lembrou que, historicamente, os países latino-americanos se desenvolveram "de costas uns para os outros", e o resultado pode ser visto nos problemas agudos de infraestrutura, como a falta de integração entre rodovias, ferrovias e hidrovias.

– A maior parte das nossas exportações para Europa e Estados

Unidos é de *commodities*. Para a América Latina, é o inverso, vendemos mais bens industrializados; portanto, nossa situação regional é favorável. Estamos avançando, mas a ameaça chinesa existe – afirmou. O representante da Odebrecht sugeriu o fortalecimento do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), do Fundo Latino-Americano de Reserva (Flar) e das exportações brasileiras de bens com maior valor agregado.

Bens de capital

A indústria de bens de capital também foi destacada pelos convidados. O professor José Carlos de Assis alertou para a importância de impedir que ela deixe de produzir para importar.

– Isso gera desemprego, e o mercado de trabalho industrial é de melhor qualidade. Se este mercado não for protegido, vamos pôr o destino de nossos jovens em risco. Temos que fazer como a Alemanha, que se tornou um polo supridor de bens de capital – acrescentou.

Paulo Paim (PT-RS), que presidiu a audiência, chamou a atenção para o PLS 232/11, de sua autoria, que incentiva a integração econômica do Mercosul.

Paim: estímulos para aproximar países da região

Ao elogiar o ciclo de palestras sobre a integração sul-americana promovido pela Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, Paulo Paim (PT-RS) defendeu benefícios fiscais para empreendimentos que estimulem a integração da região. O senador informou ter apresentado projeto de lei nesse sentido, o PLS 232/11.

– Devemos buscar, no âmbito da América do Sul, alianças entre parlamentos, parlamentares, trabalhadores, empresários, mulheres e juventude a fim de dar aos governos condições sociais e políticas para aprofundarem um projeto integracionista.

A subcomissão já promoveu três debates sobre o tema, que garantiram aos senadores informações sobre os desafios da integração política e econômica dos países sul-americanos.

Redução de assimetrias beneficiaria o Brasil

O desenvolvimento dos dois sócios menores do Mercosul – Paraguai e Uruguai – será benéfico não só para esses países, mas também para o Brasil. Esse é o principal argumento do embaixador Antonio José Ferreira Simões, subsecretário-geral da América do Sul, Central e do Caribe do Ministério das Relações Exteriores, em defesa do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem).

Durante audiência promovida pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul), ele lembrou a importância, para o Brasil, de ter vizinhos prósperos e estáveis. O Focem, em sua opinião, tem papel fundamental na redução das assimetrias entre os países que integram o bloco.

– Os recursos do Focem vão beneficiar esses países, mas também ajudarão os interesses brasileiros.

Quanto mais o Paraguai estiver dentro da legalidade e da produção, melhor para o estado do Paraná. Quanto mais crescer o Uruguai, mais beneficiaremos o Rio Grande do Sul – exemplificou.

Simões lembrou que o PIB brasileiro representava 30% do da América do Sul nos anos 70 e, hoje, alcança 54%, enquanto as

reservas internacionais brasileiras já chegam a US\$ 350 bilhões – números que ilustram a "grande responsabilidade" do Brasil. Simões informou, em resposta a Ana Amélia (PP-RS), que o principal projeto financiado pelo Focem é a construção de linha de transmissão da hidrelétrica de Itaipu até a capital do Paraguai, Assunção.



Antonio José Ferreira Simões e Roberto Requião em debate da bancada regional

Requião vê risco em isenção para carro do Uruguai

O presidente da representação, Roberto Requião (PMDB-PR), considerou arriscada a possibilidade de o governo brasileiro vir a isentar do aumento de 30 pontos percentuais do IPI, válido para carros importados, os veículos de empresas chinesas montados no Uruguai.

Antonio Simões lembrou que o Brasil importou apenas 8 mil carros do Uruguai no ano passado, quantidade modesta frente aos 3,6 milhões de automóveis do mercado nacional. Jayme Campos (DEM-MT) defendeu a implantação de indústrias brasileiras nos demais países do Mercosul. Já Eduardo Suplicy (PT-SP), que participará de reunião do Parlatino, disse acreditar em uma convergência, no futuro, entre essa instituição e o Parlasul.

Especialistas apontaram, em audiência conjunta, que a exploração sustentável da floresta pode ser mais rentável que cultivos tradicionais

Compensação florestal pode distribuir renda

O FORTALECIMENTO DO mercado de compensação florestal no Brasil, com a possibilidade de uma área desmatada ser recomposta em diferentes propriedades, representa importante oportunidade de distribuição de renda, na opinião de pesquisadores participantes de audiência pública sobre a reforma do Código Florestal.

Em debate conjunto nas comissões de Meio Ambiente (CMA), de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Agricultura (CRA), Ricardo Ribeiro Rodrigues, professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

(Esalq-USP), defendeu medidas de recuperação ambiental como forma de aumentar a renda dos agricultores.

Também Elíbio Leopoldo Rech Filho, membro da Academia Brasileira de Ciências (ABC), observou que a efetiva aplicação do novo código estará condicionada à oferta de instrumentos que incentivem a preservação dos recursos florestais, a partir de políticas de indução do governo, com a participação da iniciativa privada.

– A recomposição do passivo ambiental deverá ser uma ação público-privada. Serão

necessários programas governamentais de estímulo, com forte participação do setor privado e do agricultor – disse, ao alertar para a necessidade de o Estado garantir arcabouço legal adequado para a implementação dos incentivos.

Segundo Ricardo Rodrigues, seria um equívoco liberar pequenas propriedades da recuperação de áreas de reserva legal, como está previsto no projeto de reforma do código (PLC 30/11), aprovado na Câmara e que agora tramita no Senado. Para o professor, a exploração sustentável da floresta

representa a possibilidade de obtenção de renda às vezes superior a cultivos convencionais, como milho, soja e cana-de-açúcar, economicamente inviáveis para pequenas áreas.

Incentivos

O senador Eduardo Braga (PMDB-AM), presidente da CCT, lembrou que o país já conta com tecnologias para exploração sustentável de florestas, que devem ser adotadas especialmente em áreas de baixa aptidão agrícola.

O parlamentar apresentou emendas ao projeto prevendo

fontes de financiamento para remunerar agricultores que mantêm áreas florestadas, a título de pagamento por serviços ambientais. Também Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da CMA, apresentou emendas para incluir no novo código instrumentos de incentivos econômico e financeiro à preservação dos recursos naturais.

A construção de um Código Florestal “voltado para o futuro” também recebeu apoio do senador Luiz Henrique (PMDB-SC), relator do projeto na CCT e na CRA, e de Jorge Viana (PT-AC), relator na CMA.



À Mesa, Ana Amélia, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga e cientista Elíbio Leopoldo Rech Filho. Na foto à direita, senadores Luiz Henrique, Jorge Viana e Blairo Maggi debatem formas de recomposição florestal

A custos variados, muitas estratégias de recomposição

Ricardo Rodrigues, em resposta ao senador Blairo Maggi (PR-MT), disse acreditar que boa parte das terras desmatadas poderá ser recomposta pela recuperação natural – uma restauração passiva –, ou seja, apenas com o isolamento da área, sem a necessidade de plantio de árvores. Quando a regeneração for de baixa qualidade, frisou, é possível fazer plantios pontuais após alguns anos.

– Temos áreas naturais com grande capacidade de resiliência, as quais vão conseguir se recuperar apenas com o isolamento – disse, ressaltando ainda a possibilidade de uso econômico da reserva legal.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) manifestou preocupação com o custo da recuperação do passivo ambiental, estimado, segundo ela, em R\$ 14 mil por hectare. O professor da Esalq comentou experiências mostrando que o custo pode ser muito reduzido pela coleta de sementes e produção de mudas.

Para ele, seria um equívoco considerar o custo como um obstáculo à restauração de áreas desmatadas, uma vez que a regeneração natural só não é possível em terras muito degradadas, em que é

preciso investimento para o replantio.

Os senadores Eduardo Braga, Luiz Henrique, Jorge Viana e Blairo Maggi questionaram os pesquisadores quanto à possibilidade de compensar uma área desmatada em outro bioma. Rodrigues disse que, com a expansão do mercado de compensação florestal, isso não será necessário.

Para ele, deve-se esgotar a possibilidade de recomposição em área dentro da mesma microbacia, sempre buscando terras de baixa aptidão agrícola. Uma vez esgotadas as ofertas na microbacia, busca-se a identificação de áreas no mesmo bioma. Na avaliação do professor da Esalq, o interesse pelo mercado de compensação

florestal deve ser suficiente para suprir a demanda sem a necessidade de buscar terras em outros biomas.

No entanto, Elíbio Rech disse não ver problema, se isso for necessário, uma vez que a delimitação dos biomas é feita pelo homem e não por limites naturais. Ele lembrou inclusive que um mesmo bioma pode apresentar uma grande diferenciação de ecossistemas, havendo ainda grandes zonas de transição entre os biomas.

Para especialista, novo critério vai reduzir vegetação ao longo de rios

A definição de mata ciliar a partir do leito regular dos rios, incluída no projeto de reforma do Código Florestal, modificando o referencial atual, a partir do leito maior no período de cheias, é alvo de críticas do professor Ricardo Ribeiro Rodrigues.

O especialista afirma que a simples mudança de critério de delimitação das áreas de preservação permanente (APPs) representará a redução da vegetação ao longo de todos os rios do país.

Segundo Rodrigues, essas APPs exercem papel de filtro para conter sedimentos, reduzindo em até 97% o carregamento de resíduos para os cursos d'água, além de contribuir para impedir a poluição dos recursos hídricos e a erosão do solo.

O professor lembrou que as áreas de preservação e de reserva legal exercem papel de corredores ecológicos,

essenciais à sobrevivência das espécies.

Conforme observou, mesmo pequenos fragmentos são essenciais, atuando como trampolins ecológicos, por exemplo, para morcegos, que fazem a dispersão de sementes, e para insetos responsáveis pela polinização.

– A maioria de nossas culturas depende de polinizadores que têm abrigo nas áreas de preservação – disse.

Cultivo

O professor também condenou a regularização de atividades consolidadas em áreas protegidas.

Ele disse considerar que até agricultores familiares que fazem cultivos ao longo dos rios devem ser incentivados a adotar sistemas agroflorestais, uma vez que a exploração convencional da pequena propriedade não apresenta retorno financeiro.

Hora da produção sustentável de alimento

A necessidade de adoção de novas técnicas de produção também foi defendida por Elíbio Rech Filho. Para ele, a intensificação sustentável da produção de alimentos será o maior desafio desse século.

O pesquisador lembrou que a liderança que tem hoje o Brasil na exportação de alimentos foi alcançada com forte pressão sobre o meio ambiente, o que resultou em erosão do solo, contaminação dos rios e perda da biodiversidade.

A reforma do Código Florestal, para ele, é uma oportunidade de prever medidas que promovam o crescimento da produção de alimentos a partir de processos sustentáveis. Se for dado aos pequenos produtores acesso a terra, à mecanização, a boas sementes, adubo e água, eles produzirão três a quatro vezes o que produzem hoje, podendo manter áreas de reserva legal em suas propriedades, acredita ele.

A agricultura do futuro, explicou, deve combinar tecnologias capazes de promover o aumento da produtividade agrícola sem comprometer os recursos naturais. É a chamada agricultura de baixo carbono, que recorre a práticas como o plantio direto, integração lavoura-pecuária e fixação biológica de nutrientes, entre outras, argumentou.



Ricardo Rodrigues, da Esalq, teme que proposta diminua as áreas de preservação